



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

TERMO DE FOMENTO 02/2021

**PARTÍCIPE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA
DO SUL – APAE**

**Objeto: PROJETO ATENDIMENTO AS
PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES
ESPECIAIS**

Valor: R\$ 12.318,00

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
APAE RAIOS DE LUZ

CNPJ -80 641 319 /0001-35 Fone /Fax (49) 34461233

Rua Olímpio Bissolotti, nº 369-Bairro da Amizade – Lindóia do Sul



Lindóia do Sul, 03 de maio de 2021.

Ao Senhor ,
Neudi Angelo Bertol
Prefeito de Lindóia do Sul

Senhor Prefeito

Encaminhamos em anexo documentos e plano de trabalho para celebração de parceria entre o município de Lindóia do Sul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul – APAE.

Atenciosamente

GIVANILDO PETROSKI

Presidente da APAE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

APAE RAIOS DE LUZ

CNPJ -80 641 319 /0001-35 Fone /Fax (49) 34461233

Rua Olímpio Bissolotti, nº 369-Bairro da Amizade – Lindóia do Sul



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

APAE - LINDÓIA DO SUL

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL
CNPJ -80 641 319 /0001-35 Fone /Fax (49) 34461233

Rua Olímpio Bissolotti, nº 369-Bairro da Amizade – Lindóia do Sul

Givanildo Retroat



PLANO DE TRABALHO

APAE DE LINDÓIA DO SUL

2021

APROVADO

SEM EFETO



PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do sul		CNPJ 80.641319/0001-35	
Endereço do Órgão/Entidade Rua: Olímpio Bissolotti, 369			
Cidade Lindóia do Sul	UF SC	CEP 89735-000	Telefone (49) 3446-1233
Conta Corrente 46810-x	Banco Banco do Brasil	Agência 5425-9	Praça de Pagamento Lindóia do Sul – SC
Objetivos Sociais da Entidade Realização de serviço de proteção básica no domicílio para pessoa com deficiência. O serviço de Proteção Básica no Domicilio será desenvolvido para prevenir o rompimento dos vínculos familiares e sociais dos atendidos. Este serviço contribuirá para a promoção ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede sócio assistencial (educação, trabalho, saúde, transporte especial, serviços setoriais, e de defesa dos direitos, programas especializados de habilitação e reabilitação). Desenvolvendo ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, visando uma melhor qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão social.			
Informações relativas à Capacidade Técnica e Operacional do Proponente A APAE de Lindóia do Sul, fundada em 03/03/1992, é uma Associação Civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos esporte, cultura, lazer, estudo e outros, sem fins lucrativos. A entidade tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços apoio a família, direcionados a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.			

REPRESENTANTES LEGAIS

Presidente Givanildo Petroski	CPF 033.307.289-81	CI/Órgão expedidor 3614842 SSP/SC
Tesoureiro José Canzi	CPF 521.865.639-91	CI/Órgão expedidor 1551954 SSP/SC

Objetivo:

Realização de serviço de proteção básica na sede da entidade e no domicílio para pessoas com deficiência.

Realizar atendimento e acompanhamento no domicílio as pessoas com deficiência prevenindo o agravamento de situações que contribuam ao rompimento de vínculos familiares através de ações que visem a melhoria da qualidade de vida e acesso aos direitos ofertados pela rede socioassistencial.

Givanildo Petroski

2
APROVADO

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL

CNPJ -80 641 319 /0001-35 Fone /Fax (49) 34461233

Rua Olímpio Bissolotti, nº 369-Bairro da Amizade – Lindóia do Sul



Receitas para execução do Projeto:

- Termo de Fomento com Município de Lindóia do Sul – (R\$ 12.318,26);
- Fornecimento por parte do município, dos espaços para funcionamento da entidade, de merenda, transporte de alunos, luz, água, gás, serviços de limpeza aos arredores do estabelecimento e linha telefônica (celular), sem aparelho.

Despesas para Execução do Projeto:

- Despesas com terceiros (Pagamento de serviços de contabilidade, de limpeza e professor de artesanato.

Forma de execução das atividades ou cumprimento das metas:

Em nosso projeto é dar autonomia e independência dos usuários, qualidade de vida e bem-estar dos mesmos e familiares, proteger e orientar nos serviços sócio assistenciais e setoriais.

Definição dos parâmetros usados para aferição do cumprimento das metas:

A entidade tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio a família, direcionados a melhora da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

Plano de aplicação dos recursos com orçamento detalhado do objeto/serviço a ser adquirido

R\$ 12.318,26 (doze mil, trezentos e dezoito reais e vinte e seis centavos): pagamento de serviços de contabilidade, de limpeza e professor de artesanato.

Guando Estrat

APROVADO



Título do Projeto	Cronograma financeiro de desembolso
Plano de Ação	<p>– Primeira Parcela: R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), prevista para 01/07/2021;</p> <p>– Segunda Parcela: R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), prevista para 01/08/2021;</p> <p>– Terceira Parcela: R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), prevista para 01/09/2021;</p> <p>– Quarta Parcela: R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), prevista para 01/10/2021;</p> <p>– Quinta Parcela: R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais), prevista para 01/11/2021;</p> <p>– Sexta Parcela: R\$ 2.818,26 (Dois mil oitocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos), prevista para 01/12/2021;</p>

Plano de Aplicação		
NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR SOLICITADO (R\$)
Despesas de Custeio		
Despesas de consumo	Contabilidade	R\$ 250,00
	Prestação de Serviços de limpeza	R\$ 900,00
	Prestação de Serviços Artesanato	R\$ 750,00
	Total mensal	R\$ 1.900,00
	Total / Ano	R\$ 12.318,26

Obs: Os valores correspondentes a despesas de serviços de contabilidade serão acrescidos no final do ano devido aos serviços adicionais anuais de declarações e balancetes, justificando o aumento da despesa prevista na sexta parcela.

APROVADO

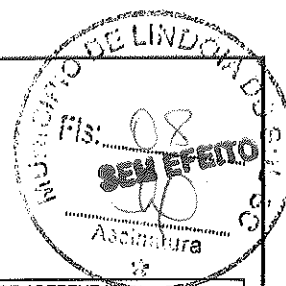
Lindóia do Sul, 30 de abril de 2021.

Em 04/05/2021
Marinês Ribeira Perondi
Diego Freire
Marciana Agostini

Givanildo Petroski
GIVANILDO PETROSKI
Presidente da APAE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 80.641.319/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/06/1992
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE - RAIOS DE LUZ	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R OLLIMPIO BISSOLTI	NÚMERO 369	COMPLEMENTO *****
CEP 89.735-000	BAIRRO/DISTRITO AMIZADE	MUNICÍPIO LINDOIA DO SUL
		UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (49) 3446-1233	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

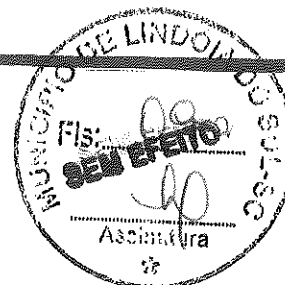
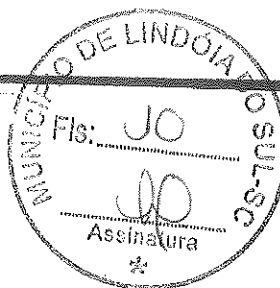
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/05/2021** às **09:57:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ab 10/01



ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE LINDÓIA DO SUL.

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 19 horas, na sede da APAE-RAIOS DE LUZ, situada na rua OLIMPIO BISSOLOTTI, nº 369, neste Município de LINDÓIA DO SUL, Estado de SC, com a presença dos associados especiais e contribuintes, conforme registro no livro próprio de assinaturas, conforme Edital de Convocação publicado ou afixado em lugares públicos, nos dias 06/11 a 06/12, a Assembleia Geral Ordinária foi instalada pelo atual Presidente da Apae, sendo eleitos para condução da Assembleia Geral Ordinária o Presidente e o Secretário, respectivamente Sr(a).GIVANILDO PETROSKI e Sr(a).IVO SANTO PELLIZZARI, sendo convocado o Presidente da Apae de LINDÓIA DO SUL, Sr(a) GIVANILDO PETROSKI para a apresentação do relatório de atividades e das contas da Diretoria Executiva referente à gestão 2017/2019. Após a apresentação do relatório de atividades e das contas foi feita a leitura do Parecer do Conselho Fiscal, sendo os mesmos aprovados por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária. Passando ao seguinte item do edital de convocação foi realizada a Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o exercício do mandato no período de 01/01/2020 a 31/12/2022.

(Considerando a inexistência de situação de impedimento para a nomeação), ficando constituída dos seguintes membros: Presidente: Sr GIVANILDO PETROSKI, brasileiro, casado, residente na rua Olimpio Bissolotti, s/nº, CPF nº 033.307.289-81; Vice-Presidente: Sr REJANO SABINO SHUWARTZ, brasileiro, casado, residente em Linha Mimosa(interior),CPF nº 050.450.589-08,1º Diretor Secretário: Sr IVO SANTO PELLIZZARI, residente na rua Assis Brasil, nº 102, CPF nº 385.703.199-91;2º Diretor Secretário: Sr FERNANDO FERRARI, residente na rua Tereza Tomazoni, s/nº, CPF nº 593.737.259-04;1º Diretor Financeiro: Sr JOSÉ LUIZ CANZI, residente na rua Olivo Jora, s/nº, CPF nº 521.865.639-91;2º Diretor Financeiro: Sr JORGE LUIZ. CANTON, residente na rua Barão do Rio Branco, CPF nº 082.274.949-19;Diretor de Patrimônio: Sr DIRLEI FERRARI, residente na rua da Amizade, s/nº, CPF nº 021.777.419-98;Diretor Social: Sr IVALINO RUBINI, residente Linha Joana Baixa, nº Interior, CPF nº 526.349.739-34; Conselho de Administração Efetivos: Sr DOMINGOS TEBALDI, residente em Linha XV de Novembro, Interior, CPF nº104.766.609-04;TEREZINHA BOSIO PEREIRA CHAVES, residente na rua Orestes Frare,nº46,CPF nº 031.858.869-25; Conselho de Administração Suplentes; Sr MELITA SCHU, residente na rua Ricardo Frare, CPF nº031.196.439-71; Sr ANTONIO VENANCIO, residente na rua Barão do Rio Branco, nº54, CPF nº162.685.399-15; Conselho Fiscal Efetivo; Sr GREGI SEGHETTO, residente em Linha Salto Grande, Interior, CPF nº027.179.429-12; Sr CREVI ROSSI, residente em Linha XV de Novembro, Interior, CPF nº385.055.689-15; Conselho Fiscal Suplentes, Sr ZENAIDE APARECIDA GALVÃO DIAS, residente na rua Caminhos do Sol, s/nº, CPF nº025.364.789-49; Sr MARTINHO VOOS, residente em Linha Rio Azul, Interior, CPF nº681.702.209-63. A Diretoria da Apae de

Domingos Tebaldi
Fernando Ferrari

PROTOCOLO: nº 2140, As fls 42, do livro A-4, em 09/01/2020
AV-1053, As fls 214 F até 215 V, do Livro A-11.
Ipumirim, terça-feira, 4 de fevereiro de 2020.
Total: ISENTO ISENTO ISENTO
Selo: Isento: ISENTO (FBO33503-IA 24)
Averbação ou Cancelamento (ISENTO): ISENTO

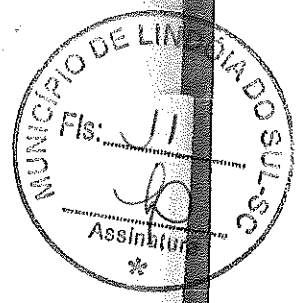
Daniela Localatti Spricigo
Daniela Localatti Spricigo - Oficial de Registros Substituta
Consulte o selo em <http://aaloa.fjoc.tua.br>



LINDÓIA DO SUL eleita por aclamação na Assembleia Geral Ordinária tomou posse no 1º (primeiro) dia útil do mês de janeiro de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 60 do Estatuto da Apae. Sendo assim o Presidente da Assembleia informou que conforme disposto no Estatuto o Presidente GIVANILDO PETROSKI passa a fazer parte do Conselho Consultivo da Apae de LINDÓIA DO SUL. Nada mais havendo a tratar, foi dada e encerrada a Assembleia Geral, cuja Ata foi lavrada por mim, JULIANA KEL e vai assinada também pelo Presidente da Assembleia

Juliana Kel, grande
Leonilde Aparecida Soares da Silva, grande
Martinho Luiz da Silva, grande
Benedita Aparecida da Silva, grande
Wagner Ferraz

Em tempo, venho mencionar: Presidente: Sr Givanildo Petroski, brasileiro, casado, profissão Serviços Gerais, RG nº 3614842-- SSP-SC, CPF nº 033.307.289.81, residente na rua Olímpio Bissolotti, nº 195, bairro da amizade- centro, Lindóia do Sul; Vice presidente, Sr Rejano Sabino Shuwartz, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1086040738 -- SSP-SC, CPF nº 05055089-08, residente em Linha Mimosa- Interior, Lindóia do Sul; 1º Diretor Secretário, Sr Ivo Santo Pallizzari, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 517219--SSP-SC, CPF nº 385.703.199-91, residente na rua Assis Brasil, nº 102, bairro centro, Lindóia do Sul; 2º Diretor Secretário, Sr Fernando Ferrari, brasileiro, casado, Aposentado, RG nº 1874512--SSP-SC, CPF nº 2593.737.259-04, residente na rua Tereza Tomazoni, centro, Lindóia do Sul; 1º Diretor Financeiro, Sr José Luiz Canzi, brasileiro, viúvo, agricultor, RG nº 1551954--SSP-SC, CPF nº 521.865.639-91, residente na rua Olivo Jora, nº 35, centro, Lindóia do Sul; 2º Diretor Financeiro, Sr Jorge Luiz Canton, brasileiro, casado, balconista I, RG nº 2074955642--SSP-SC, CPF nº 082.274.949-19, residente na rua Barão do Rio Branco, centro, Lindóia do Sul; Diretor de Patrimônio, Sra Dirlei Ferrari, brasileira, casada, autônoma, RG nº 3185298--SSP-SC, CPF nº 021.777.419-98, residente na rua da amizade, bairro da amizade, Lindóia do Sul; Diretor Social, Sr Ivalino Rubini, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1556018-0--SSP-SC, CPF nº 526.349.739-34, residente em Linha Joana Baixa, interior, Lindóia do Sul; Conselho de Administração Efetivos, Sr Domingos Tebaldi, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 5180970--SSP-SC, CPF nº 104.766.609-04, residente em Linha XV de Novembro, interior, Lindóia do Sul e Sra Terozinha Bosio Pereira Chaves, brasileira, viúva, aposentada, RG nº 1147926--SSP-SC, CPF nº 031.858.869-25, residente na rua Orestes Frare, nº 46, centro, Lindóia do Sul; Conselho de Administração Suplentes, Sra Melita Schu, brasileira, viúva, doméstica, RG nº 518671--SSP-SC, CPF nº 031.196.439-71, residente na rua Ricardo Frare, nº 194, centro, Lindóia do Sul, e Sr Antônio Venâncio, brasileiro, casado, RG nº 1878574--SSP-SC, CPF nº 162.685.399-15, residente na rua Barão do Rio Branco, nº 54, centro, Lindóia do Sul; Conselho Fiscal Efetivo, Sr Grel Segheto, brasileiro, casado, serviços gerais, RG nº 1874512--SSP-SC, CPF nº 027.179.429-12, residente em Linha Salto Grande, interior, Lindóia do Sul e Sr Crevi Rossi, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 7021798--SSP-SC, CPF nº 385.055.689-15, residente em Linha VX de Novembro, interior, Lindóia do Sul; Conselho Fiscal Suplente, Sra Zenaide Aparecida Galvão Dias, brasileira, casada, doméstica, RG nº 2691999--SSP-SC, CPF nº 025.364.789-49, residente na rua Caminhos do Sol, Lindóia do Sul e Sr Martinho Veos, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 2323186--SSP-SC, CPF nº 681.702.209-63, residente em Linha Rio Azul, interior, Lindóia do Sul. Sem mais, encerro esse "em tempo" que vai assinado por mim, Sr Givanildo Petroski, Presidente. "Em tempo", Sr Antônio Venâncio, aposentado, todos os membros residentes em Lindóia do Sul, estado de Santa Catarina, Município de Lindóia do Sul, em 04 de janeiro de 2020.



Givanildo Petroski



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
 APAE RAIOS DE LUZ
 CNPJ -80 641 319 /0001-35 Fone /Fax (49) 34461233
 Rua Olímpio Bissolotti, nº 369- Bairro da Amizade -Lindóia do Sul -SC



TERMO DE TOMADA DE POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL -SC- GESTÃO 2020/2022.



Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, com início às 19.00horas, na sede da APAE Raios de Luz, situada na Rua Olímpio Bissolotti 369 neste município, realizou-se a Tomada de Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul, sendo o segundo mandato desta Diretoria, eleitos para o período de primeiro de janeiro de dois mil e vinte, ate trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois. Deu início aos trabalhos o Presidente eleito para a Gestão 2020/2022, Sr Givanildo Petroski, o qual passou a chamar os elementos para a posse, conforme segue: **Diretoria Executiva:** Presidente Givanildo Petroski; Vice-Presidente Rejano Sabino Shwuartz, 1º Diretor Secretario Ivo Santo Pellizzari, 2º Diretor Secretario Fernando Ferrari, 1º Diretor Financeiro Jose Luiz Canzi, 2º Diretor Financeiro Jorge Luiz Canton, Diretor de Patrimônio Dirlei Ferrari, Diretor Social Ivalino Rubini. **Conselho de Administração Efetivo:** Domingos Tebaldi e Terezinha Bosio Pereira Chaves **Conselho de Administração Suplente:** Melita Schu e Antonio Venancio **Conselho Fiscal Efetivo:** Grei Seghetto e Crevi Rossi **Conselho Fiscal Suplente:** Zenaide Aparecida Galvão Dias e Martinho Voos

Em seguida declarou-os empossados para o mandato para o qual foram eleitos e tratado o fim específico, eu JULIANA KEL, lavrei este Termo que vai assinado por mim e por todos empossados nesta oportunidade.

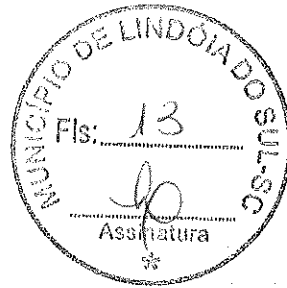
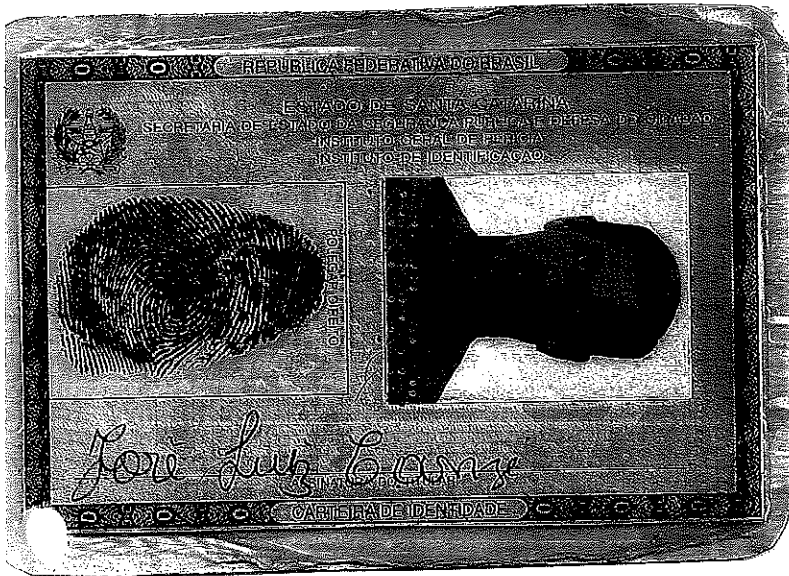
*Quando ~~tratado~~ por Luiz Canzi, Juliana Kel,
 Zenaide A. Dias, Domingos Tebaldi, Grei Seghetto, Crevi Rossi,
 Fernando Ferrari e Ivo Santo Pellizzari.*

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - IPUMIRIM/SC
 Rua Angela Casassola - Oficial de Registros Interina
 Av. Dom Pedro II, nº 288 - Sala 201 - Centro
 Email: registroipumirim@gmail.com - Fone: (49) 3438-1476

PROTOCOLO: nº 2181, às fls 53, do livro A-4, em 04/02/2020.
 AV.11/53, às fls 218 F até 218 V, do Livro A-11
 Ipumirim, terça-feira, 4 de fevereiro de 2020.
 Total: ISENTO ISENTO ISENTO
 Selo Isento: ISENTO (FBO33505-TIPS)
 Averbação ou Cancelamento (ISENTO): ISENTO



Daniela Locatelli Spricigo
 Daniela Locatelli Spricigo - Oficial de Registros Substituta
 Consulte o selo em <http://selos.tjsc.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Givanildo Petroski
TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL-SC
Fls: 13
SEM EFEITO
Assinatura

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL-SC
Fls: 14
Assinatura

VANDEMUNDO TERRITORIONAL

REGISTRO GERAL 3.614.842 DATA DE EMISSÃO 03/MAI/2008

NOME GIVANILDO PETROSKI

FILIACAO SANTO PETROSKI
BUELI STIPP PETROSKI

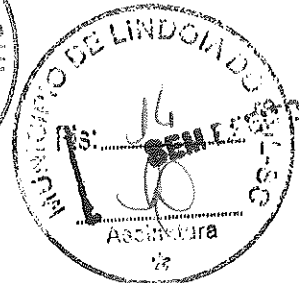
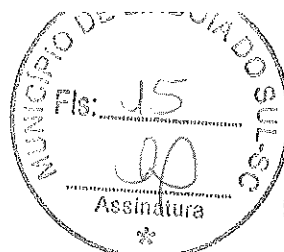
NATURALIDADE LINDOIA DO SUL-SC DATA DE NASCIMENTO 14/SET/1980

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 1.714-LV 481/261
CART. BAENSIEFER - LINDOIA DO SUL-SC

CPF 033.307.289-81
CONCORDIA - SC

ASSINATURA DO DIRETOR GERAL DE IDENTIFICAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO



ALTERAÇÃO DO ESTATUTO APAE DE LINDÓIA DO SUL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de **LINDÓIA DO SUL** ou, abreviadamente, Apae de **LINDÓIA DO SUL**, fundada em Assembleia realizada em **03 de março de 1992** nesta cidade de **LINDÓIA DO SUL**, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A Apae de **LINDÓIA DO SUL** é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na **RUA OLÍMPIO BISSOLOTTI, nº 369, bairro DA AMIZADE**, e foro no município de **LINDÓIA DO SUL**, estado de **SANTA CATARINA**.

Art. 3º – A Apae de **LINDÓIA DO SUL** tem por **MISSÃO** promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A Apae de **LINDÓIA DO SUL** adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

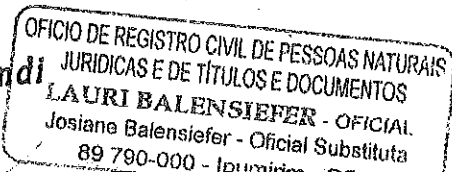
Parágrafo Único – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

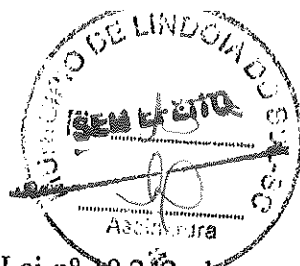
Art. 5º – A bandeira da Apae de **LINDÓIA DO SUL**, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º – Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico – Cerimonial da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005





Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apaes.

Art. 8º – Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta Apaes, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

- I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
- III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a Apaes se propõe a:

- I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;
- II – promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apaes;
- III – incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla; *Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.*
- IV – promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;
- V – participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;
- VI – manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 2
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituta



- VII – solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;
- VIII – firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- IX – produzir e vender serviços para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados;
- X – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;
- XI - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias
- XII – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;
- XIII – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;
- XIV – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;
- XV – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- XVI – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;
- XVII – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- XVIII – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;
- XIX – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;
- XX – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;
- XXI – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;
- XXII – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto



- XXIII – divulgar a experiência apaeana em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis,
XXIV – desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;
XXV – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 – A APAE de LINDÓIA DO SUL integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º – A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, incluindo balanço financeiro, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal e plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

§ 3º – A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

CAPÍTULO II

Dos Associados

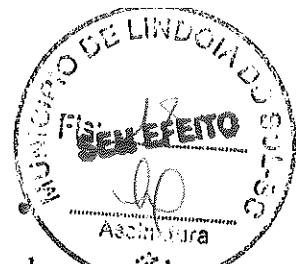
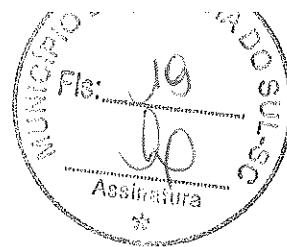
Seção I

Do Quadro Social

Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Igor Frare Grandi
Advogado

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEBER, OSCAR



Art. 13 – A Apae de LINDÓIA DO SUL é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 – O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado;

I – contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II – beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, prestam relevantes serviços ao movimento das Apaes;

III – correspondentes: aqueles que prestam colaboração à Apae, porém residem em outros pontos do território nacional ou em outro país;

IV – honorários: personalidades, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência, ou que tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

V – especiais: pessoas com deficiência que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados;

V – especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

VI – fundadores: pessoas que participaram da primeira Assembleia Geral de Fundação da Apae
Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes e assinaram a respectiva ata.

Art. 15 – Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

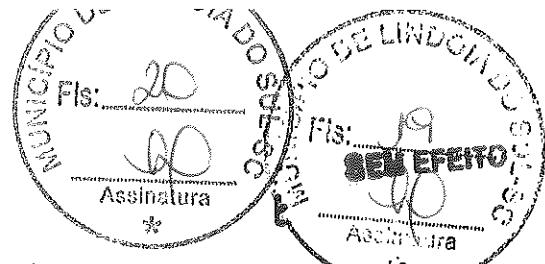
Seção II

Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

OFICIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURIDICAS E DE TITULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituta
89 700.000



- I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.
- II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;
- III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.
- IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "curriculum vitae" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.
- V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

- I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;
- II – participar das Assembleias Gerais;
- III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;
- IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;
- V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;
- VI – participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;
- VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;
- VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;
- IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;
- X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;
- XI – convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

Igor Frate Grandi
Advogado

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto



- § 1º – Os associados beneméritos, correspondentes, honorários e fundadores não poderão votar nem serem votados, exceto se forem também associados contribuintes.
- § 2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.
- § 3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da Apae:

- I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;
- II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;
- III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;
- IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;
- V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;
- VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes.



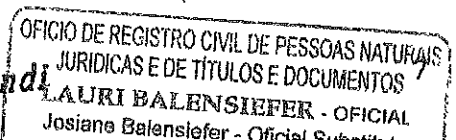
Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

- I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;
- II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto,

Igor Frere Grandi
Advogado





Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com o aval da Assembleia Geral, para punir faltas muito graves.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º – A exclusão considerará-se definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 – Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apaes do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

I – O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae "*ad referendum*" do Conselho de Administração.

II – À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III – A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "*ad referendum*" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas *no art. 19*, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

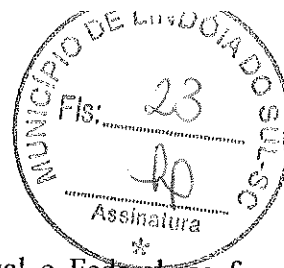
IV – Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V – A Intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI – Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo Apae, com

Igor Frayre Grandi
Advogado

OFICIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATUR
JURIDICAS E DE TITULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto
89 790-0000



remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII – Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII – O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

Seção I

Da Organização

Art. 21 – São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV – Diretoria Executiva;

V – Autodefensoria; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

VI – Conselho Consultivo.

§ 1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

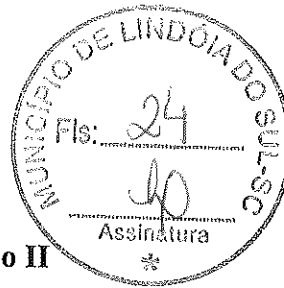
§ 2º – O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição de lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 9
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituta



Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§ 3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

§ 4º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5 – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§ 6 – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º – Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

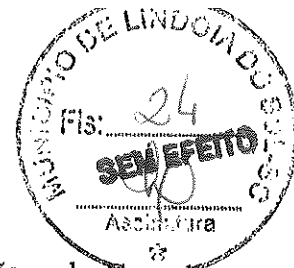
Art. 24 – A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes e por publicação em jornal de circulação no município da Apae, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º – No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

- I – homologar as alterações do Estatuto;
- II – decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;
- III – eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;



IV – destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

V – aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

VI – verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;

VII – apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

Parágrafo único – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

Parágrafo único – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo único – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.055

OFICIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURIDICAS E DE TITULOS E DOCUMENTOS 11
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto



§ 3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

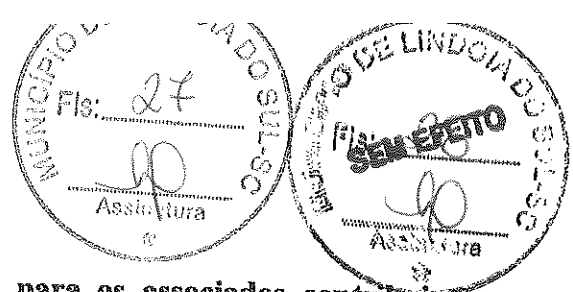
§ 6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

- I – aprovar o Regimento Interno da Apae;
 - II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;
 - III – aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
 - IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
 - V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;
 - VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;
 - VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apae;
 - VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;
 - IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;
 - X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;
- Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;
 - XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;
 - XIII – assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
 - XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;
 - XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;
 - XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35;

Igor Frate Grandi
Advogado

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 12
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL



- XVII – Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;
- XVIII – Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes; eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal: Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II – examinar os livros de escrituração da entidade;

III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

VIII – opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 32 – A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º e 2º Diretores Secretários;

IV – 1º e 2º Diretores Financeiros;

V – Diretor de Patrimônio;

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.008

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL 13
Josiane Balensiefer - Oficial Substituta



VI – Diretor Social. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

§ 1º – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º – O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

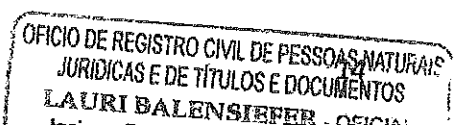
Seção VI

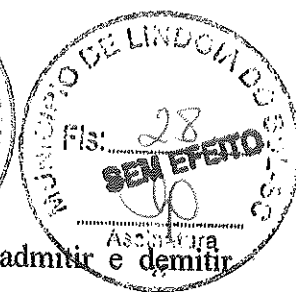
Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 – Compete à Diretoria Executiva:

- I – promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II – elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III – lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV – lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- VI – submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII – submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII – constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;

1608 Frare Grandi





- IX – criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos, admitir e demitir funcionários;
- X – promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- XI – convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII – pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;
- XIII – respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;
- XIV – promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;
- XV – adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;
- XVI – receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.
- XVII – indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;
- XVIII – estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;
- XIX – dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;
- XX – convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;
- XXI – apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- XXII – indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

- a) Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;
- b) ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou

Igor Frare Grandi
Advogado

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAIKEI BAL ENGENHEIRO

em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 – Compete ao Presidente:

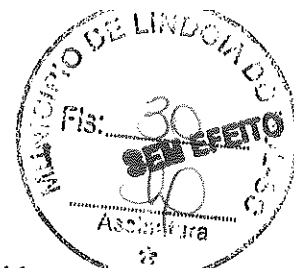
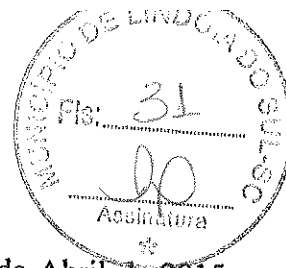
- I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III – representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;
- IV – representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;
- V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembléia Geral;
- VI – dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;
- VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;
- IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;
- X – ratificar de modo expresse, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;
- XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae.
- XII – submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente: Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do





Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

- I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 – Compete ao 1º Diretor Secretário:

- I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;
- II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;
- III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;
- IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;
- V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;
- VI – exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

- I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:

- I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;
- II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;
- IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;
- V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;
- VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;
- VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

Igor Frare Grandjean
Advogado

DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

- I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

- I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;
- II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;
- III – providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo único – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:
Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

- I – organizar as atividades sociais;
- II – elaborar o programa de solenidades;
- III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;
- IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

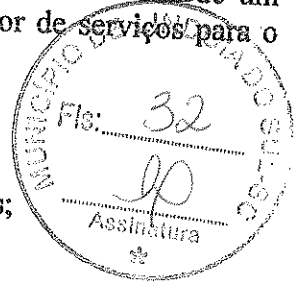
Seção VIII

Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

Parágrafo Único – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

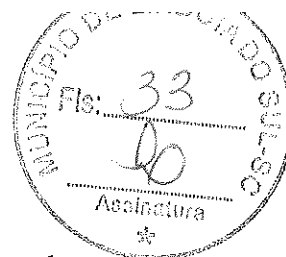
Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.



Igor Frare Grandi

Advogado
OAB/SC 21.005

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIETTES



§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apae.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

- I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;
- II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;
- III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano; Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.
- IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apae.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

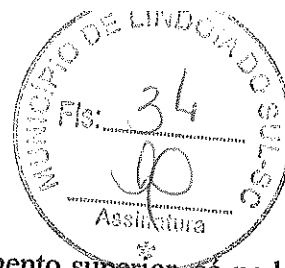
- I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;
- II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;
- III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;
- IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto
89 790-000 - Ipumirim - SC



Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:

- I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- II – defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expresse mandato do Presidente ou de seu substituto legal;
- III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;
- IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;
- V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;
- VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;
- VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

CAPÍTULO V

Das Receitas, do Patrimônio e das Prestações de Contas

Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenada: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Art. 55 – As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

- I – contribuições de associados e de terceiros;

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.006

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL 20
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto



- II – legados;
- III – produção e venda de serviços;
- IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;
- V – doações de qualquer natureza;
- VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;
- VII – produto líquido de promoções de beneficência;
- VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;
- IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

Parágrafo único – No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13019/14.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 57 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

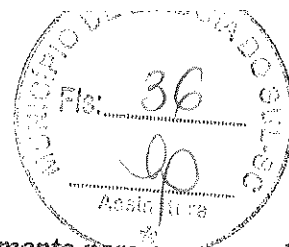
Art. 58 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.006

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER



III – São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.
IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) certidão de regularidade do CPF;
- c) declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) ficha de filiação de associado da Apae;
- f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso III deste artigo;
- g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- h) termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI – É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Art 59 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 60 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

CAPÍTULO VII

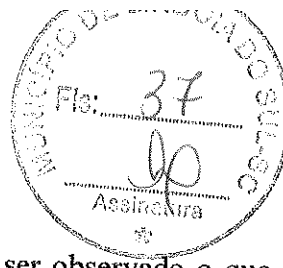
Disposições Gerais

Art. 61 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 62 – A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
JURIDICAS E DE TITULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL 22
Josiane Balensiefer - Oficial Substituto
89 790-000 - Ipumirim - SC



§1º – Para fusão e transformação da Apae, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º – É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 63 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

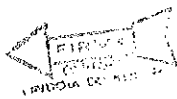
Art. 64 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil. Legenda: Textos em vermelho correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 08 de Agosto de 2014, reunido em Brasília na sede do Hotel Imperial Brasília, por unanimidade de votos. Legenda: textos em azul correspondem às alterações que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Fenapaes no dia 01 de Abril de 2015, reunido em Brasília, na sede da Fenapaes.

Art. 65 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 66 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Lindóia do Sul, SC, 28 de Maio de 2015.

Ivo Santo Pellizzari
IVO SANTO PELLIZZARI
Presidente.



Igor Frare Grandi
IGOR FRARE GRANDI
Advogado(a)

Igor Frare Grandi
Igor Frare Grandi
Advogado
OAB/SC 21.005

Estado de Santa Catarina
Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas, Títulos e Documentos
Lauri Balensiefer - Oficial Designado
Av. Dom Pedro II, 288, Sala 304, Centro, Ipumirim - SC, 89790-000 - 49 3439-1169 -
certorio.ipumirim@hotmail.com

Certidão de 7ª Averbação em Pessoas Jurídicas

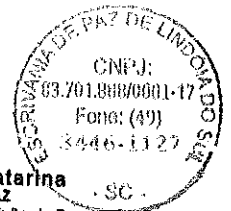
Protocolo: 000988 Data: 12/06/2015 Qualidade: Integral
Registro: 000860 Data: 12/06/2015 Livro: A-003 Folha: 260

Apresentante: IVO SANTO PELLIZZARI
Emolumentos: Registro: R\$ 27,60, Selos: R\$ 3,10 - Total R\$30,60 - Recibo nº: 2467

Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - DWU60977-EDWI,
DWU60978-90CO

Dou fé, Ipumirim - 12 de junho de 2015

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS,
JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LAURI BALENSIEFER - OFICIAL
Josiane Balensiefer



Estado de Santa Catarina
ESCRIVANIA DE PAZ
LAURI BALENSIEFER - Escrivão de Paz
Rua Barão do Rio Branco, 177, Centro, Lindóia do Sul - SC, 89735-000 - (49)
3446-1127 - lauri@lindoiadosul.com.br

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
IVO SANTO PELLIZZARI (DWD58849-LX14) *****
IGOR FRARE GRANDI (DWD58850-88JR) *****

Emolumentos: 2 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 6,10 | 2 Selo de Fiscalização
Logo R\$ 3,10 | Total R\$ 9,20 | Recibo Nº: 21476.

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé, Lindóia do Sul - 03 de junho de 2015

Marlei Predason Balensiefer
MARLEI PREDASON BALENSIEFER - Escrevente Substituta

APAE RAIOS DE LUZ

DIRETORIA EXECUTIVA

Ivo Santo Pellizzari

Ivo Santo Pellizzari
Presidente
CPF 385703199 91

Fernando Ferrari

1º Diretor Financeiro
Fernando Ferrari
CPF 593 73725904

Zenaide Aparecida Galvão Dias

Diretor de patrimônio
Zenaide Aparecida Galvão Dias
CPF 02536478947

Procurador Geral

Igor Frare Grandi
CPF 02404889 74

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EFETIVOS

Iraci Cebelho Reck

Iraci Cebelho Reck
CPF 675031959-91

Antonio Venancio

Antonio Venancio

CPF 16268539915



Rejano Sabino Schuastz

2º Secretário
Rejano Sabino Schuastz
CPF 05045058908

Jose Luiz Canzi

2º Diretor Financeiro
Jose Luiz Canzi
CPF 52186563991

Domingos Tebaldi

Diretor social
Domingos Tebaldi
CPF 10476660904

Givanildo Petrosski

Vice-presidente
Givanildo Petrosski
CPF 033307289-81

Terezinha Boião Perira Chaves

Terezinha Boião Perira Chaves
CPF 03185886925

Melita Schu

Melita Schu
CPF 03119643971

CONSELHO FISCAL

Leduir Finger

Leduir Finger
CPF 018615709 61

Leocádia Voss Leoratto

Leocádia Voss Leoratto
CPF 595929409/57

Augusto Andrusiak

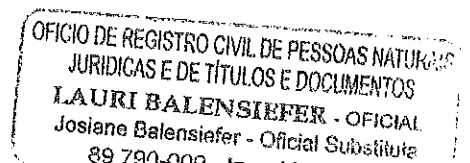
Augusto Andrusiak
CPF 250 204 719 68

Crevi Rossi

Crevi Rossi
CPF 385055689/15

Martinho Luis Voss

Martinho Luis Voss
CPF 681 702 209 63



Estado de Santa Catarina
ESCRIVANIA DE PAZ
LAURI BALENSIEFER - Escrivão de Paz
Rua Barão do Rio Branco, 177, Centro, LINDÓIA do Sul - SC, 89736-000 - (49)
3446-1127 - lauri@lindoiadosul.com.br

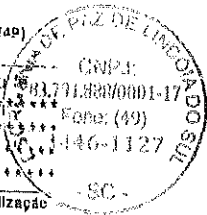
Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé:
GUSTAVO ANDRUSIAK (DFR84011-OUFC) *****

Instrumentos: 1 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 0,00 | 1 Selo de Fiscalização
Valor: R\$ 0,00 | Total R\$ 0,00

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lindóia do Sul - 28 de maio de 2016

MARLEI PREDABON BALENSIEFER - Escrivente Substituta



Estado de Santa Catarina
ESCRIVANIA DE PAZ
LAURI BALENSIEFER - Escrivão de Paz
Rua Barão do Rio Branco, 177, Centro, LINDÓIA do Sul - SC, 89736-000 - (49)
3446-1127 - lauri@lindoiadosul.com.br

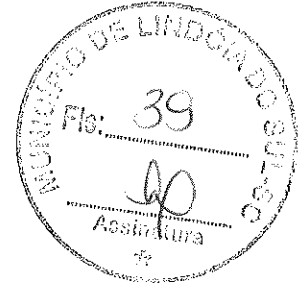
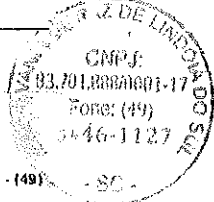
Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé:
EDUIR FINGER (DFR84007-ULBU) *****
REVIL ROSSI (DFR84008-1DL6) *****
ROCADIA VOSS LEORATTO (DFR84009-103W) *****
ARTINHO LUIS VOSS (DFR84010-A0JK) *****

Instrumentos: 4 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 0,00 | 4 Selo de Fiscalização
Valor: R\$ 0,00 | Total R\$ 0,00

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lindóia do Sul - 29 de maio de 2016

MARLEI PREDABON BALENSIEFER - Escrivente Substituta



Estado de Santa Catarina
ESCRIVANIA DE PAZ
LAURI BALENSIEFER - Escrivão de Paz
Rua Barão do Rio Branco, 177, Centro, LINDÓIA do Sul - SC, 89736-000 - (49)
3446-1127 - lauri@lindoiadosul.com.br

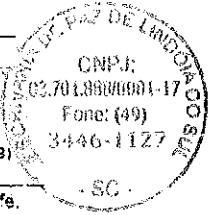
Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé:
RACI COELHO RECK (DFR84003-TC5A) *****
EREZINHA BOSTO PEREIRA CHAVES (DFR84004-UPF4) *****
ANTONIO VENANCIO (DFR84005-90BQ) *****
ELITA SCHU (DFR84006-46VH) *****

Instrumentos: 4 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 0,00 | 4 Selo de Fiscalização
Valor: R\$ 0,00 | Total R\$ 0,00

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lindóia do Sul - 28 de maio de 2016

MARLEI PREDABON BALENSIEFER - Escrivente Substituta



Estado de Santa Catarina
ESCRIVANIA DE PAZ
LAURI BALENSIEFER - Escrivão de Paz
Rua Barão do Rio Branco, 177, Centro, LINDÓIA do Sul - SC, 89736-000 - (49)
3446-1127 - lauri@lindoiadosul.com.br

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé:
JAIDE APARECIDA GALVÃO DIAS (DFR83029-42JS) *****
FRANCISCA TEBALDI (DFR84000-EJB6) *****
FRANCISCA BRANDI (DFR84001-VO6D) *****
FRANCISCA PETROSKI (DFR84002-Y32P) *****

Instrumentos: 4 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 0,00 | 4 Selo de Fiscalização
Valor: R\$ 0,00 | Total R\$ 0,00

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lindóia do Sul - 28 de maio de 2016

MARLEI PREDABON BALENSIEFER - Escrivente Substituta

Estado de Santa Catarina
ESCRIVANIA DE PAZ
LAURI BALENSIEFER - Escrivão de Paz
Rua Barão do Rio Branco, 177, Centro, LINDÓIA do Sul - SC, 89736-000 - (49)
3446-1127 - lauri@lindoiadosul.com.br

Reconheço como autêntica a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé:
SANTO PELLIZZARI (DFR83995-AHTP) *****
FRANCISCA SABINO SCHUASTZ (DFR83996-Y7XU) *****
FRANCISCA FERREARI (DFR83997-RCP5) *****
FRANCISCA LUIZ CANZI (DFR83998-H6YG) *****

Instrumentos: 4 Reconhecimento de firma autêntica R\$ 0,00 | 4 Selo de Fiscalização
Valor: R\$ 0,00 | Total R\$ 0,00

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Lindóia do Sul - 28 de maio de 2016

MARLEI PREDABON BALENSIEFER - Escrivente Substituta

DECLARAÇÃO

Eu, Édem Luiz Tumelero, brasileiro, portador do CPF nº 732.408.349-87, residente e domiciliado na Rua 61, s/n, Apartamento 303, Bloco B, Condomínio Residencial Lagoa Azul, na cidade de Ipumirim - SC, ocupante do cargo de Auditor Interno neste município, DECLARO para os devidos fins que a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - DE LINDÓIA DO SUL - SC**, inscrito no CNPJ nº 80.641.319.0001-35, sempre prestou contas de forma regular dos recursos repassados através de convênios E Termos de Colaboração firmados com o município nos últimos (05) cinco anos e que não teve suas contas de convênios julgadas irregulares ou com decisão irrecorrível nos (08) oito anos.

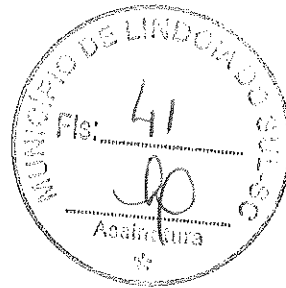
Declaro sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são a expressão da verdade pelas quais me responsabilizo.


Édem Luiz Tumelero
Auditor Interno
CRA/SC 13114

Lindóia do Sul - SC, 04 de Maio de 2021.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
CNPJ: 80.641.319/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

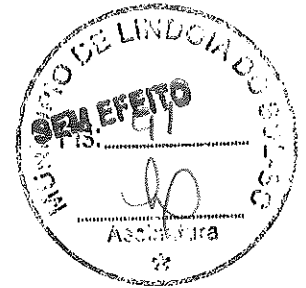
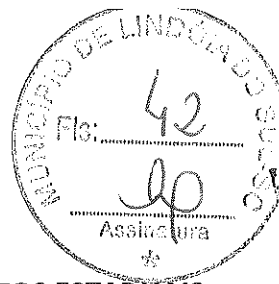
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:27:05 do dia 31/03/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/09/2021.
Código de controle da certidão: **4D52.DAC8.A12C.3FFF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **ASSOCIAÇÃO E PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE**
CNPJ/CPF: **80.641.319/0001-35**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **210140041244343**
Data de emissão: **31/03/2021 15:29:01**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.): **30/05/2021**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Voltar

Imprimir

**CAIXA**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 80.641.319/0001-35**Razão Social:** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**Endereço:** RUA OLOMPIO BISSOLOTTI S/N / DA AMIZADE / CONCORDIA / SC /
89705-000

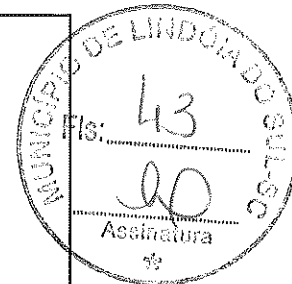
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

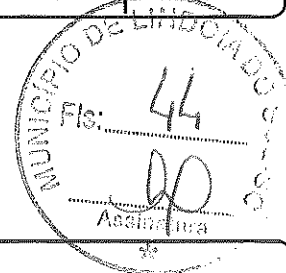
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/04/2021 a 28/05/2021**Certificação Número:** 2021042902112201441344

Informação obtida em 30/04/2021 14:47:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social _____

ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE CNPJ: 80641319000135

Aviso _____

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à _____

Finalidade _____

Mensagem _____

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição _____

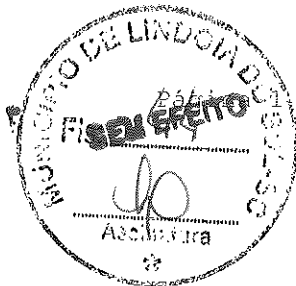
Contribuinte: 5236 - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
Endereço: Rua OLÍMPIO BISSOLOTTI, 369 - Bairro Centro - CEP 89.735-000

Código de Controle _____

CWHNXRDNOLFP6F91

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Lindóia do Sul (SC), 30 de Abril de 2021



de 1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 80.641.319/0001-35

Certidão nº: 14361841/2021

Expedição: 30/04/2021, às 14:49:28

Validade: 26/10/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **80.641.319/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Celesc
Distribuição S.A.

FAT-01-2021704464426-61
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série Única 70164651

Nº/Ano de Fatura: **03/2021** N.º Unidade Consumidora: **43714147**

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE RAIOCPDE 88841319000135
R CLAUDIO BISSOLATTI, 172
89735009-CENTRO / L. DO SUL-LINDOIA DO SUL-SC
Loc/Etapa/Liv/BS12.13.021464 - Medidor: 2780423 - TENSÃO MÁX.TÍPICA: 200V - V - GRUPO B
Classificação: 03 - COMERCIAL, SERVIÇOS, OUTRAS ATIVIDADES - CONVENCIONAL - ONDFASICO
Cod. Fiscal de Operações: 5.253 Tipo de Disjuntor: 50 AS [15.117.0]

Medidor: 2780423 Consumo Med/Fat: 0/30 Unidade de Medida: kWh
Leit. Atual: 7 Número de Dias Faturados: 29 Origem da Leitura: LIDA
Leit. Anter.: 7 Consumo Médio Diário (kWh): 0,00 Fator de Potência:
Fator de Multiplicação: 1,00

Dados Importantes		Impostos e taxas comunidade			
		Mensal	Trím.	Anual	Realizado
Leitura Anterior:	18/02/2021	JAN/21			
Leit. Atual:	19/03/2021	DIC	5,91	11,82	1,47
Emissão/Apresentação:	19/03/2021	FIC	3,55	7,10	2,00
Próx. Leitura:	20/04/2021	DMIC	3,46		0,86
		Conj.ANEEL			

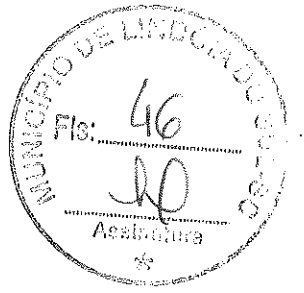
Histórico de Consumo	
JAN/21	30
FEV/21	30
MAR/21	30
ABR/21	30
MAY/21	30
JUN/21	30
JUL/21	30
AUG/21	30
SET/21	30
OCT/21	30
NOV/21	30
DEZ/21	30

Discriminação do Faturamento		X	Preço	Total (R\$)
CUSTO DISP. SISTEMA	30		22,51	22,51
ADICIONAL BOND. APARELA			0,58	22,89
Subtotal 1				22,89
COSIP			8,34	8,34
Subtotal 2				8,34

Composição do Preço (Art. 31 Resolução 168/2005)				Tarifas com tributos	
ENERGIA	0,11	DISTRIBUICAO	2,93	Res. ANEEL 3336/2018	
TRANSMISSAO	1,06	TRIBUTOS	7,32	TUSD	0,231590
ENC. SETORIAIS	2,47	SOMA DEMONSTRATIVO	22,89	TE	0,27440

Tributos (Incluídos) no Total a Pagar			Valor (R\$)
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)		
ICMS	22,89	26	5,71
PIS/PASEP	22,89	126	0,20
COFINS	22,89	5,77	1,32

Mençagens
Períodos Bond. Tarif.: Anual: 19/02-19/03
Prezado(a) cliente, informamos que a CELESC possui a opção de parcelamento de débitos com condições facilitadas, o qual pode ser solicitado através do nosso site, call center ou em uma das lojas de atendimento presencial.
DEBITOS: 02/2021 R\$ 30,89



IMPORTANTE REAVISO DE DÉBITO
ESTA UNIDADE CONSUMIDORA ESTÁ SUJEITA A SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO A PARTIR DE 03/04/2021, PELO NÃO PAGAMENTO DA FATURA REF. 02/2021 - R\$ 30,89. Caso este pagamento já tenha sido efetuado favor desconsiderar esta notificação.

PAGAMENTO EM ATRASO		Data de Vencimento	Valor Total a Pagar
Multa de 2% + Correção Monetária pelo IGP/M (pro rata die) + Juros de Mora 1% ao mês (pro rata die) a serem cobrados em fatura posterior.		09/04/2021	R\$ 31,23

Reservado ao Fisco Período Fiscal: 18/03/2021
9E71.7150.7693.5BD5.9743.C24D.848B.87C9

Celesc
Distribuição S.A.

Comprovante de Autenticação
Autenticação no verso
7-0-000-12-21-16
Mês/Ano Fatura: 03/2021 Data de Vencimento: 09/04/2021

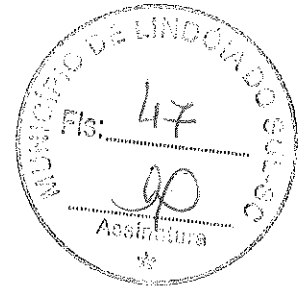
Número da Fatura	N.º Unidade Consumidora	Valor Total a Pagar
01-2021704464426-61	43714147	R\$ 31,23

836100000006 31230162000 00101020217 2 04464442661 9





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



REMESSA DE DOCUMENTOS

Remeto para a Comissão de Seleção, para análise e providências inerentes à formalização de parceria, os documentos apresentados ao Município de Lindóia do Sul que compõe este processo.

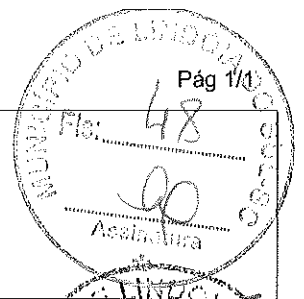
Após análise e providências, remeta-se ao Gestor da Parceria e Chefe do Poder Executivo para deliberação.

Lindóia do Sul, 04 de maio de 2021.

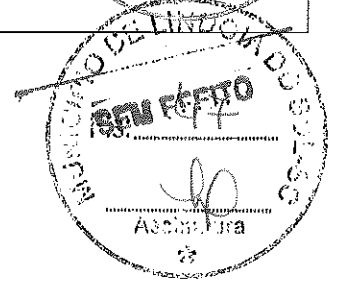

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOIA DO SUL

CNPJ: 78.510.112/0001-80
LINDOIA DO SUL - SC
RUA TAMANDARE, 98
C.E.P. 89735-000 - LINDOIA DO SUL - SC



PARECER CONTÁBIL



Em atenção ao requerido pela administração municipal, este departamento emana parecer quanto à existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento de transferências decorrentes de possível futuro termo de fomento a ser firmado, conforme objeto especificado abaixo:

DADOS DO TERMO DE FOMENTO:

Nº DO TERMO: 2/2021
ENTIDADE PARTICIPANTE: ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
OBJETO: Conjugação de esforços no sentido de proporcionar atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais de Lindoia do Sul, através do repasse financeiro, na forma do plano de Trabalho apresentado, conforme art. 42 parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Assim sendo certifico que:

- HÁ recursos orçamentários previstos na LOA do exercício de 2021, para pagamento de futuro termo de fomento em questão, conforme dotação especificada abaixo:
() - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
() - Despesas Extra Orçamentárias.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Órgão/ Unid. Orçam.	Projeto/ Atividade	Elemento Despesa	Recurso	Saldo Dotação Orçamentária	Valor Estimado Termo de Fomento
04.001	2.017	3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.00.0104 - Recursos Ordinários	R\$ 12.318,26	R\$ 12.318,26

CONCLUSÃO

Deste modo, conforme o exposto, entende-se que foram atendidos os pressupostos necessários para a continuidade do referido procedimento administrativo, para seu trâmite subsequente.

LINDOIA DO SUL - SC, Em 04/10/2021

Leonardo Júnior Cavallier
Contador CRC-SC-03688210

Prefeitura Mun. Lindoia do Sul/SC
Assinatura do Responsável



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



CERTIDÃO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, instituída pelo Decreto n. 3.497/2021 de 21 de janeiro de 2021, **CERTIFICA** que a entidade **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.319/0001-35, com sede na Rua Olímpio Bissolotti, 172 - Centro, Lindóia do Sul - SC encontra-se **credenciada e apta** para realizar parcerias com a administração pública em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de colaboração, nos termos das Leis Federais n. 13.019/2014 e 13.204/2015 e Decreto Federal 8.726/2016.

O credenciamento é oriundo da apresentação da documentação jurídico institucional apresentada pela entidade nos termos dos Artigos 33 e 34 da Lei Federal Nº 13.019/2013.

Lindóia do Sul, 04 de maio de 2021.


DIEGO FRARE


MARINÊS RIBEIRO PERONDI


SANDRA REGINA ZUANAZZI



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



PARECER TÉCNICO MUNICIPAL

O órgão técnico municipal designado, com a atribuição de analisar e emitir parecer a cerca dos planos de trabalhos de potenciais parcerias, com base no que estabelece o inciso V do art.35 da Lei Federal Nº 13.019/2014, referente à parceria a ser firmada entre o Município de LINDÓIA DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE L, Mediante Dispensa de Chamamento – modalidade Inexigibilidade, que tem por objeto o atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais – vem por meio deste parecer se pronunciar de forma expressa sobre:

1 – Mérito

Em conformidade com a modalidade de parceria adotada.
Parecer favorável.

2 – Identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização, em mutua cooperação

Há Compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades Estatutárias da Entidade com o objeto do repasse constante no Plano de Trabalho. O município demanda de parcerias para o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais e, historicamente, o tem feito de forma descentralizada.

Parecer favorável.

3 – Viabilidade de execução da parceria

A entidade proponente demonstrou capacidade técnica e operacional para executar o objeto da parceria.

Parecer Favorável.

4 – Cronograma de desembolso

A entidade proponente demonstrou coerência entre o desembolso e a execução dos objetivos e metas propostas.

Parecer Favorável.

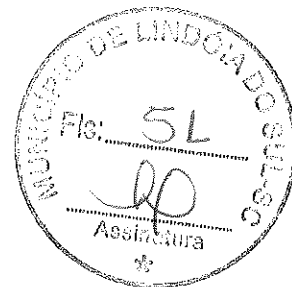
5 – Meios para fiscalização e execução da parceria

Embora não esteja descrito Plano de Trabalho a forma de fiscalização da parceria, as parcerias desta natureza datam de 2017, cujos relatórios de aferição de cumprimento das metas financeiras e físicas são submetidas à Comissão de Monitoramento e Avaliação, Controle Interno do Município e Gestor da Parceria e, por fim, ao Conselho Fiscal da Entidade. É de nosso entendimento cientificar a entidade proponente para descrever a modalidade de fiscalização em parecerias futuras.

Parecer Favorável.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



6 – Designação do Gestor da Parceria

O Decreto nº 3.498/2021 estabelece como gestor da parceria o gestor da pasta que detém a rubrica orçamentária que financia parceria.

Parecer Favorável.

7 – Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação

O Decreto nº 3.498/2021 designa comissão permanente de monitoramento e avaliação. A comissão é constituída, em sua totalidade, por servidores de provimento efetivo, o que assegura autonomia de atuação.

Parecer Favorável.

8 – Condições de funcionamento da instituição

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE foi fundada em 03/03/1992 e tem desempenhado relevantes serviços à sociedade. Conta com professores e veículo para atendimento. Historicamente, sempre utilizou espaço físico cedido pelo município.

Lindóia do Sul, 04 de maio de 2021.



DIEGO FRARE



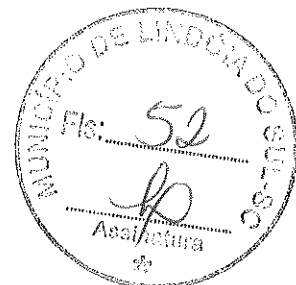
MARINES RIBEIRO PERONDI



MARCIANE AGUSTINI



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



TERMO DE FOMENTO N° ____/2021
Processo n° ____/2021

Termo de Colaboração que celebram entre si estabelecem o MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE para o Atendimento à Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e um, o **MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL - SC**, inscrito no CNPJ sob n° 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor **Neudi Angelo Bertol**, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE**, inscrita no CNPJ sob n° ____, com sede na ____, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor ____, inscrito no CPF sob ____ e no RG sob n° ____, residente e domiciliado na _____, doravante denominado **PARTÍCIPE**, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei n° 13019, de 31 de julho de 2014 e alterações, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais n.ºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações, 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e alterações, e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO PACTUADO

A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais através da disponibilização do espaço físico para funcionamento da entidade, fornecimento de merenda, transporte dos alunos, luz, água, gás transferência de recursos financeiros para o **PARTÍCIPE**, na forma detalhada no Plano de Trabalho em anexo, parte integrante e indissociável desta parceria, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo **PARTÍCIPE**;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



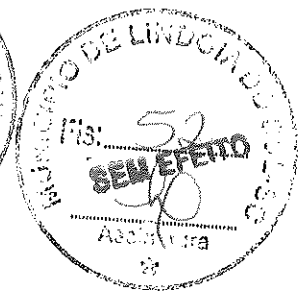
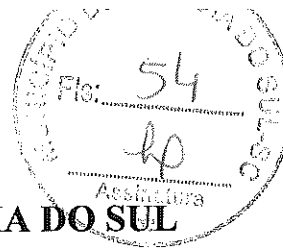
- e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- f) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- g) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- h) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município;
- i) assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

II – O PARTÍCIPE obriga-se:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;
- b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;
- c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;
- e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;
- f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos em período hábil;
- g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;
- h) aplicar os recursos provenientes desta parceria enquanto não utilizados, em caderneta de poupança caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo menor que 1 (um) mês;
- i) computar, obrigatoriamente, a crédito do termo as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
- j) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;
- k) prestar os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- l) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;
- m) manter em arquivo, pelo prazo de **10 (dez) anos**, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
- n) em caso de rescisão de contrato de trabalho de pessoa vinculada ao projeto/programa/plano de ação, arcar com o pagamento da multa prevista no art. 16, §1º da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações;
- o) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho direta ou indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Lindóia do Sul para responder à ação;
- p) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.
- q) prestar atendimento à população do Município de Lindóia do Sul com os serviços de atendimento emergências públicas, entre outros.
- r) auxiliar na preservação da vida, em casos fortuitos ou de força maior;
- s) comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE na forma do cronograma de desembolso financeiro, que integra o Plano de Trabalho aprovado para execução do objeto totalizando o valor de R\$ 12.318,00

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Terceira equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária:
Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Proj/ativ 2.017 –Educação Especial

37 – 3.3.50.00.00.000104 – Transf. a Instit. Priv. s/ Fins Lucrativos



§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta da agência 3067-8, do Banco SICOB/CREDIAUC em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e à medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e Lei Municipal nº 764/2013;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

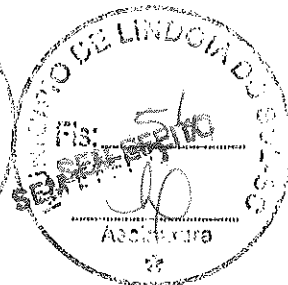
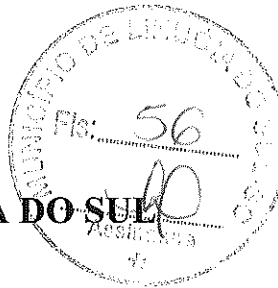
CLÁUSULA QUARTA – DA REPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;
- IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência do presente termo será de ____ de _____ de 2021/até dezembro de 2021.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PARTÍCIPE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, considerando, para tanto, Relatório de Atendimento das Metas Pactuadas, Relatório de Execução do Objeto e documentos estabelecidos nos termos do Capítulo X, Seção I e II, Anexo V, da Lei Municipal 764/2013 e ainda, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores.

§ 1º Somente serão aceitos como comprovante de despesa referente a impostos e contribuições, guias quitadas de pagamento, não sendo considerados documentos hábeis na prestação de contas as certidões negativas de débito.

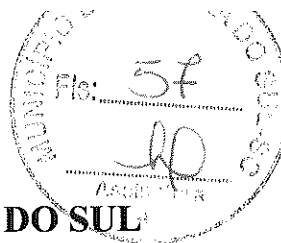
§ 2º Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

§ 3º O gestor do termo de colaboração)deverá considerar, ainda em sua análise:

Poronto



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- I – o relatório da comissão de monitoramento e avaliação acerca do cumprimento do objeto da parceria nos termos do art. 58, Lei 13.019/14 e da Cláusula Sétima do presente Termo;
- II – os valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- III – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PARTICIPE na prestação de contas.

§ 4º A prestação de contas, quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, deverá ser apresentada a administração no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da parceria, e para o caso de liberação mensal ou parcela, deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, ficando a liberação de cada parcela vinculada a prestação de contas da parcela anterior.

§ 5º Os documentos de despesa (faturas, notas fiscais, etc), que integram a prestação de contas, apresentados ao Município, em via original, devem ser mantidos pela entidade parceira em arquivo próprio à disposição dos órgãos de fiscalização pelo período de 10 (dez) anos a contar da entrega da prestação de contas.

§ 6º A prestação de contas parcial deverá ser apresentada como condição para o recebimento da parcela seguinte, observando os mesmos procedimentos supra relacionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, *in loco*, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

§ 1º A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará após verificar:

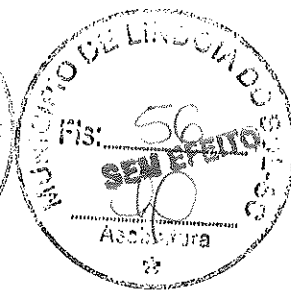
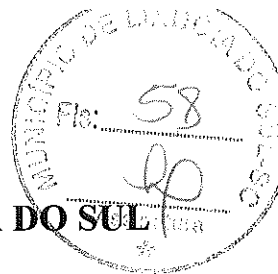
- I – a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II – a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III – as adequações oriundas da análise de auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de direitos e/ou políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§ 3º Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

§ 5º O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficiar o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso 4º - I desta Cláusula; (ou utilizar os § 5º ao § 11º da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações);

§ 6º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso 4º - II desta Cláusula;

§ 7º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso 4º - III desta Cláusula;

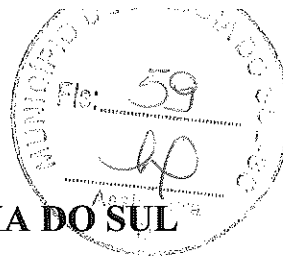
§ 8º Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

§ 9º O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 30 (trinta) dias, a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

§ 10º As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado no parágrafo 4º do mesmo, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;
- II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;
- III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;
- IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;
- V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.
- VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;
- II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

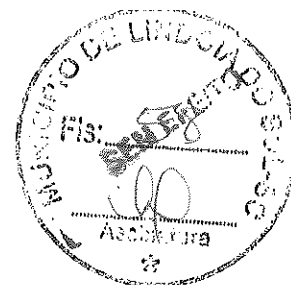
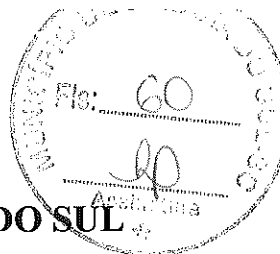
CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º, da Lei Municipal nº 764/2013 e demais dispositivos aplicáveis.

Parágrafo único. Havendo relevância e interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no plano de trabalho, os rendimentos das aplicações



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pelo PARTÍCIPE na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E/OU REMANESCENTES

Cabe ao administrador público a titularidade dos bens e direitos permanentes e/ou remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

§ 1º Caso o PARTÍCIPE adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 2º A responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de LINDÓIA DO SUL, observando o disposto na Constituição Federal nos artigos 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



O Presidente do PARTÍCIPE assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

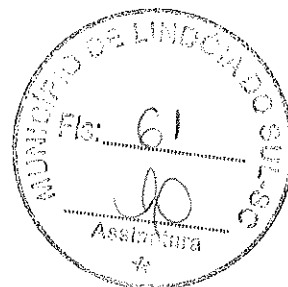
Parágrafo único. O dirigente indicado no *caput* deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

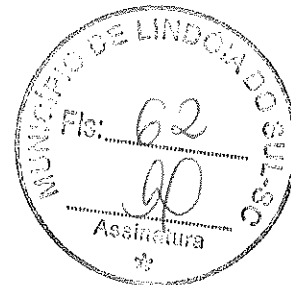
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

LINDÓIA DO SUL, SC, _____





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



DESPACHO GESTOR DA PARCERIA

Considerando que a comissão de seleção

- Credenciou a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE** para a celebração de parcerias;
- Aprovou o Plano de Trabalho Apresentado;
- Apresentou minuta de Termo de Fomento

E, considerando ainda a eminente necessidade pública da formalização da parceria proposta, apresento parecer favorável à continuidade do presente processo.

Determino a utilização da modalidade de dispensa de chamamento e a remessa para à Procuradoria do Município para manifestação jurídica. Submeto à deliberação do Chefe do Poder Executivo.

Lindóia do Sul, 04 de maio de 2021.

ROSEMAR APARECIDA GUERIN FIORENTIN

Secretaria Municipal de Educação, Esporte Cultura e Turismo

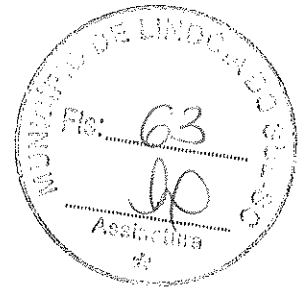
De acordo

NEUDI ANGELO BERTOL

PREFEITO



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 04/2021

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.319/0001-35, com sede na Rua Olimpio Bissolotti, 172 - Centro, Lindóia do Sul - SC, credenciada junto ao Município de Lindóia do Sul, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE**

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:

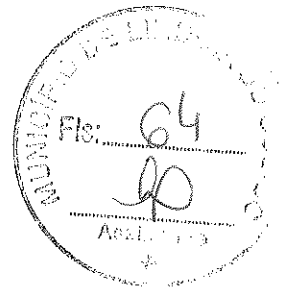
Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “*resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.*” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “*bem comum*”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado¹ busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE**, pois além dos relevantes trabalhos registrados já desenvolvidos anteriormente, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE, em seu estatuto, que é uma associação civil, sem fins econômicos, com atuação nas áreas voltadas à assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização e garantia dos demais direitos dos portadores de necessidades especiais.

As disposições do Art. 32, § 1º da Lei Federal n.º 13.019/2014, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva MEC/2008, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, definem que esses serviços são de ação continuada, direito do cidadão e obrigação de oferta pelo Poder Público.

Considerando a especificidade do serviço a ser ofertado, de acordo com o tipo de deficiência, os vínculos estabelecidos com os profissionais e com o local de atendimento, bem como a necessidade de organização das famílias para acesso ao serviço, aliado situação social, econômica e física das pessoas com vários tipos de deficiências já atendidas pela referida entidade, a decorrente dificuldade de mobilidade, a natureza do trabalho de habilitação e reabilitação feito com cada uma delas e suas famílias e que a interrupção ou mudança no atendimento pode causar prejuízo aos usuários e regressão em alguns avanços proporcionados pelo atendimento, o tempo que já executam o serviço, a estrutura, a experiência e a capacidade adquirida no atendimento especializado, é de extrema importância a continuidade dos atendimentos prestados aos usuários.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Prestar assistência à saúde a todos que buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra situação ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores praticados em parcerias, o que é observado



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



em parcerias de mesma natureza firmado pelo Município de Lindóia do Sul em exercícios anteriores e municípios vizinhos.

A Comissão de Monitoramento e o Gestor do Convênio Designado se utilizarão dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Em que pese a inexistência de chamamento e/ou credenciamento público de entidades da sociedade civil para a celebração de parcerias, é notório que existe apenas uma entidade com a finalidade proposta para esta parceria, uma vez que o município adota a modalidade de “Inexibilidade de Chamamento Público” a partir do ano de 2017.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE** de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, determinamos a formalização referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Lindóia do Sul, 04 de maio de 2021.


NEUDI ANGELO BERTOL
PREFEITO



RECEBI	
Em:	05.05.2021
Hora:	16:26
Nome:	Yago
	<i>[Assinatura]</i>
	Assinatura



MANIFESTAÇÃO

1. Cuida-se de Termo de Fomento n. 02/2021, tendo como partícipe a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul – APAE e como objeto: projeto de atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Veio para manifestação.

É o relatório do essencial.

2. Em minuciosa análise do Estatuto Social, especialmente ao CAPÍTULO IV – Da Procuradoria Jurídica, verifico que a função se perpetua no tempo e independe da eleição de nova Diretoria Executiva.

Veja o que diz o art. 51 do Estatuto: “Art. 51. O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.”.

Ocorre que este Procurador do Município ainda se encontra, embora não de fato, mas de direito, investido no cargo de Procurador Jurídico da entidade, conforme fls. 37.

Destaco que só agora verifiquei tal situação, pois como dito antes, este servidor público não está atuando de fato junto à entidade como Procurador Jurídico desde que a Diretoria Executiva composta pelo Presidente Ivo Santo Pelizzari foi substituída, mas, entretanto, como prevê o Estatuto Social no art. 51, inexistiu documento me destituindo da função até o presente momento.

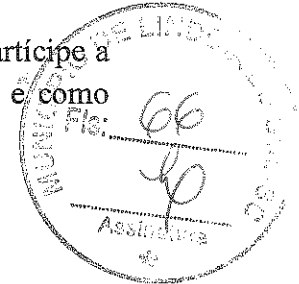
Diante do fato que somente agora se constata, acredito que, pelo princípio da impessoalidade, mesmo que formal, devo me declarar impedido de analisar o presente Termo de Fomento.

3. Diante do exposto, reconheço meu impedimento em analisar o presente Termo de Fomento, devendo o processo ser remetido à colega Procuradora Siméia Pereira da Silva.

É a manifestação. s.m.j.

Lindóia do Sul, quarta-feira, 5 de maio de 2021.

IGOR FRARE GRANDI
Procurador do Município






DESPACHO

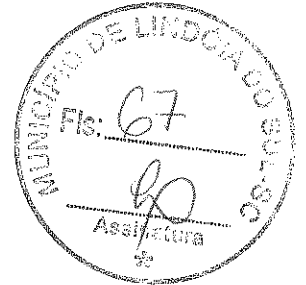
Trata-se de Termo de Fomento n. 02/2021 para formalização de parceria com a Associação e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul – APAE.

Considerando a manifestação jurídica de fls. 64, vista do processo a Procuradora Simeia Pereira da Silva.

Cumpra-se.

Lindóia do Sul, 5 de maio de 2021.


Neudi Angelo Bertol
Prefeito Municipal





PARECER JURÍDICO

Parecer n. **03/2021**
Requerente: **Prefeito Municipal**
Objeto: **Parecer sobre o Termo de Fomento nº 02/2021 - PMLS, Dispensa de Chamamento n. 04/2021 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul - APAE.**

1. RELATÓRIO

O presente expediente foi encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo à Procuradoria para emissão de parecer jurídico, nos termos do art. 35, VI da Lei 13.019/2014, acerca da intenção de celebrar parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindóia do Sul – APAE, por meio da formalização de Termo de Fomento para consecução de finalidade de interesse público.

Os autos foram encaminhados ao Procurador Igor Frare Grandí que declarou-se impedido em virtude fazer ocupar a função de Procurador Geral da Associação.

Vieram os autos para manifestação.

É o relatório essencial.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Lei 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Tratando-se de parceria voluntária entre a administração pública e organização de sociedade civil deve ser observada a normas disciplinares contidas na Lei 13.019/2014.

Conforme art. 2º, III, da referida Lei, consideram-se parcerias voluntárias, qualquer modalidade de acordo, que envolva ou não transferência voluntária de recursos financeiros entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil para ações de interesse recíproco em regime de mútua cooperação.



A proposta foi apresentada pela Associação, portanto, o instrumento adequado para a formalização será por Termo de Fomento, conforme, dispõe o art. 2º, VIII e art. 17 da Lei.

A minuta do Termo de Fomento encontra-se juntado aos autos e suas cláusulas serão objeto de análise adiante.

O objeto do Termo de Fomento que se pretende celebrar é: proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais através da disponibilização do espaço físico para funcionamento da entidade, fornecimento de merenda, transporte dos alunos, luz, água, gás transferência de recursos financeiros, na forma do Plano de trabalho.

Dos documentos observa-se que o objeto é lícito e juridicamente possível, busca a conjugação de esforços dos celebrantes para execução e está de acordo com as atividades institucionais da Associação.

A Associação desenvolve suas atividades há anos no Município em parceria com Poder Público de maneira satisfatória e os serviços ofertados são de grande relevância e utilidade pública.

A associação foi fundada em 1992, não possui fins lucrativos, tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio a família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida pessoa com deficiência e à construção de sociedade justa e solidária (art. 3º do Estatuto Social da Associação).

Tem finalidade unicamente social-filantrópica, não visa e nem distribui lucros, nem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer título as associados, membros da diretoria, instituidores, benfeitores ou equivalentes, portanto, caracteriza-se como organização da sociedade civil, conforme a Lei 13.019/2014.

DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO (ART. 30, VI, da Lei 13.019/2014).

A seleção da organização se dará por Chamamento Público, conforme o Art. 2º, XII da Lei 13.019/2014, Chamamento Público: *é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Entretanto, a lei prevê nos seu artigos 30 e 31 as hipóteses de dispensa e inexigibilidade da realização do chamamento público.

plb

O presente feito foi instruído com Justificativa de Dispensa emitida pelo Administrador, fundamentada no inciso VI do art. 30 da Lei, pois, a Associação desenvolve atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social e encontra-se credenciada junto Administração, conforme, certidão de credenciamento (fls. 49) firmada pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação.

Sob pena de nulidade, o extrato da respectiva justificativa deve ser publicado, na mesma data em que for efetivado, nos meios legais de comunicação, observado o prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação para impugnações, conforme art. 32 e parágrafos.

PLANO DE TRABALHO

Quanto ao Plano de trabalho restou aprovado pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, portanto, não compete a esta Procuradora a análise.

REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Conforme preceitua o art. 33, para a celebração da parceria, as organizações da sociedade civil deverão se regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

1) **objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social** - no Art. 9º do Estatuto social consta os fins e objetivos (fls 16);

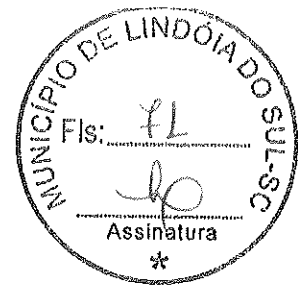
2) **em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta** – existe previsão art. 56, parágrafo único do Estatuto Social (fls. 35), conforme: “*No caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma entidade congênere, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País preferencialmente com o mesmo objetivo estatutário e que atenda os requisitos da Lei 13.019/14*”.

3) **escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade** – previsto no art. 34, § 2º, alínea a, do Estatuto (fls. 28);

4) possuir:

a) *no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da*





União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los - Consta na CNPJ a data cadastral como 24/12/2004 (fls. 08).

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante – consta declaração do Auditor Interno que a entidade manteve termo de colaboração com o Município nos últimos 5(cinco) anos (fls. 40).

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas – verificado pelo Órgão Técnico do Concedente, item 3 do Parecer Técnico Municipal, fls. 50/51.

Documentos a ser apresentados pela Organização, conforme previsão do art. 34:

a) - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado – encontra-se juntada Certidão Negativa de Débitos Estaduais nº 210140041244343 (fls. 42); Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida ativa da União código controle nº 4D52.DAC8.A12C.3FFF (FLS. 41); Certidão de Regularidade do FTGS nº 2021042902112201441344 (fls. 43); Certidão Negativa de Débitos Municipal – código controle nº CWHNXRDNOLFP6F91 (fls. 44); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 14361841/2021 (fls. 45).

b) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial – juntado Cópia do Estatuto Social devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas – Ipumirim, protocolo 000898, registro 000860, às fls. 260, do Livro A-003 (fls. 15 a 39).

c) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual – juntada aos autos fls. 10 a 12).

d) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles – relação consta às fls. 11, dos autos.

e) comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado – comprovante de endereço por meio da comprovante conta consumo Celesc 03/2021 (fls. 46).

Providências a serem adotadas pela administração pública para formalização da parceria, conforme art. 35 da Lei 13.019/2014:

pls

1) *realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei* – dispensa com fundamento no art. 30, inciso VI da referida lei conforme justificativa do administrador (fls. 63 a 65);

2) *indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria* – juntado parecer contábil com previsão de recursos (fls. 48);

3) *demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto* – informado no parecer Técnico (fls. 50 a 51).

4) *aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei* – aprovação do plano de trabalho pela Comissão, fls. 08.

5) *emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:*

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- f) da designação do gestor da parceria;
- g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

O Parecer encontra-se juntado as fls. 50 e 51 dos autos.

6) *emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria* – consistente neste parecer.

Ainda, deve ser observado o impedimento previsto no art. 35, § 6º que dispõe:

Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Para o cumprimento desta determinação sugere-se que os membros da comissão e o gestor da parceria firmem por meio de declaração nos autos.

TERMO DE FOMENTO (Art. 42 da Lei 13.019/2014)



O art. 42 da Lei 13.019/2014 elenca as cláusulas essenciais que devem constar no Termo de Fomento, o que passa a se analisar conforme descrito na tabela abaixo:

Cláusulas art. 42 da lei 13.019/2014	Previsão no Termo de Fomento apresentado
A descrição do objeto pactuado; (Inciso I)	Cláusula primeira
As obrigações das partes; (Inciso II)	Cláusula segunda
Quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso; (Inciso III)	Cláusula terceira
A contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35; (Inciso V)	Não possui contrapartida
A vigência e as hipóteses de prorrogação; (Inciso VI)	Cláusula quinta
A obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos; (Inciso VII)	Cláusula sexta
A forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei; (Inciso VIII)	Cláusula Sétima
A obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei; (Inciso IX)	Cláusula Nona
A definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública; (Inciso X)	Cláusula Décima
A prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade; (Inciso XII)	Cláusula segunda, inciso I, alínea i)
Quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51; (Inciso XIV)	Cláusula terceira, §4º



<p>O livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; (Inciso XV)</p>	<p>Não há previsão, <u>deverá ser incluída Cláusula no Termo de Fomento para a sua aprovação.</u></p>
<p>A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias; (Inciso XVI)</p>	<p>Cláusula oitava</p>
<p>A indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública; (Inciso XVII)</p>	<p>Cláusula Décima Quarta</p>
<p>A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; (Inciso XIX)</p>	<p>Cláusula quarta, inciso I</p>
<p>A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; (Inciso XX)</p>	<p>Cláusula Quarta, inciso II</p>
<p>Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável</p>	<p>Cláusula primeira</p>

Quanto a verificação das cláusulas, a única observação a ser feita é a inclusão de cláusula que franqueia aos agentes da administração públicas, controle interno e Tribunal de contas o li-





vre acesso aos documentos e informações realacioandos ao termo de fomento, bem como, aos locais de execução.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opino pela **possibilidade de celebração da parceria com ressalva** devendo ser tomadas as seguintes providências:

Pela Administração ou Comissão de Seleção:

a) que faça inclusão no Termo de Fomento de cláusula que franqueia aos agentes da administração públicas, controle interno e Tribunal de contas o livre acesso aos documentos e informações realacioandos ao termo de fomento, bem como, aos locais de execução.

Destaco que deve ser observado o disposto no art. 35, § 2º: *Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI concluem pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.*

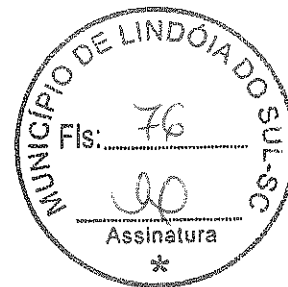
É o parecer

Lindóia do Sul/SC, 20 de maio de 2021.


SIMÉIA CRISTINA SANTIN PEREIRA DA SILVA
Procuradora Municipal – OAB/SC 22.842



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

**EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PUBLICO Nº 04/2021**

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, torna público que, de acordo com o disposto nos artigos 31, II e 32, § 1º da Lei 13.019/2014 e suas alterações posteriores, foi formalizado Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.319/0001-35, visando o atendimento à pessoas portadoras de necessidades especiais, no valor de R\$ 12.318,00

Lindóia do Sul-SC, 21 de maio de 2021.

NEUDI ANGELO BERTOL

PREFEITO



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



TERMO DE FOMENTO Nº 02/2021

Processo nº 02/2021

Termo de Fomento que celebram entre si estabelecem o MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL - APAE para o Atendimento à Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

No primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, o **MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL - SC**, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor **Neudi Angelo Bertol**, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDÓIA DO SUL - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.319/0001-35, com sede na Rua Olimpio Bissolotti, nº 369 – Centro, Município de Lindóia do Sul - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor **Givanildo Petroski**, inscrito no CPF sob 033.307.289-81 e no RG sob nº 3.614.842, residente e domiciliado na Rua Olimpio Bissolotti, município de Lindóia do Sul - SC, doravante denominado **PARTÍCIPE**, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei nº 13019, de 31 de julho de 2014 e alterações, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações, 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e alterações, e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO PACTUADO

A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais através da disponibilização do espaço físico para funcionamento da entidade, fornecimento de merenda, transporte dos alunos, luz, água, gás transferência de recursos financeiros para o **PARTÍCIPE**, na forma detalhada no Plano de Trabalho em anexo, parte integrante e indissociável desta parceria, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE;
- e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- f) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- g) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- h) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município;
- i) assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

II – O PARTÍCIPE obriga-se:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;
- b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;
- c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;
- e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;
- f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos em período hábil;
- g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;
- h) aplicar os recursos provenientes desta parceria enquanto não utilizados, em caderneta de poupança caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo menor que 1 (um) mês;
- i) computar, obrigatoriamente, a crédito do termo as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
- j) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



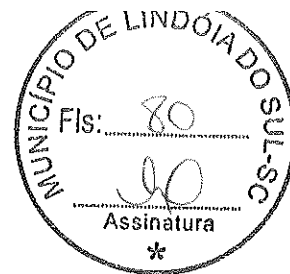
- data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;
- k) prestar os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;
 - l) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;
 - m) manter em arquivo, pelo prazo de **10 (dez) anos**, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
 - n) em caso de rescisão de contrato de trabalho de pessoa vinculada ao projeto/programa/plano de ação, arcar com o pagamento da multa prevista no art. 16, §1º da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações;
 - o) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho direta ou indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Lindóia do Sul para responder à ação;
 - p) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.
 - q) prestar atendimento à população do Município de Lindóia do Sul com os serviços de atendimento emergências públicas, entre outros.
 - r) auxiliar na preservação da vida, em casos fortuitos ou de força maior;
 - s) comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
 - t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;
 - u) franquear aos agentes da administração pública, controle interno e tribunal de contas o livre acesso aos documentos e informações relacionadas ao termo de fomento, bem como aos locais de execução da parceria.

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE na forma do cronograma de desembolso financeiro, que integra o Plano de Trabalho aprovado para execução do objeto totalizando o valor de R\$ 12.318,00 (doze mil, trezentos e dezoito reais).

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Terceira equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária:
Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Proj/atív 2.017 –Educação Especial

37 – 3.3.50.00.00.000104 – Transf. a Instit. Priv. s/ Fins Lucrativos

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta da agência 46810-X, do Banco do Brasil em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e à medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das irregularidades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e Lei Municipal nº 764/2013;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

- I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;
- IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência do presente termo será de 01 de junho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PARTÍCIPE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, considerando, para tanto, Relatório de Atendimento das Metas Pactuadas, Relatório de Execução do Objeto e documentos estabelecidos nos termos do Capítulo X, Seção I e II, Anexo V, da Lei Municipal 764/2013 e ainda, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 1º Somente serão aceitos como comprovante de despesa referente a impostos e contribuições, guias quitadas de pagamento, não sendo considerados documentos hábeis na prestação de contas as certidões negativas de débito.

§ 2º Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

§ 3º O gestor do termo de colaboração deverá considerar, ainda em sua análise:

- I – o relatório da comissão de monitoramento e avaliação acerca do cumprimento do objeto da parceria nos termos do art. 58, Lei 13.019/14 e da Cláusula Sétima do presente Termo;
- II – os valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- III – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PARTÍCIPE na prestação de contas.

§ 4º A prestação de contas, quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, deverá ser apresentada a administração no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da parceria, e para o caso de liberação mensal ou parcela, deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

§ 5º Os documentos de despesa (faturas, notas fiscais, etc), que integram a prestação de contas, apresentados ao Município, em via original, devem ser mantidos pela entidade parceira em arquivo próprio à disposição dos órgãos de fiscalização pelo período de 10 (dez) anos a contar da entrega da prestação de contas.

§ 6º A prestação de contas parcial deverá ser apresentada como condição para o recebimento da parcela seguinte, observando os mesmos procedimentos supra relacionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, *in loco*, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

§ 1º A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará após verificar:

- I – a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II – a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



III – as adequações oriundas da análise de auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de direitos e/ou políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§ 3º Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

§ 5º O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficiar o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso 4º - I desta Cláusula; (ou utilizar os § 5º ao § 11º da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações);

§ 6º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso 4º - II desta Cláusula;

§ 7º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso 4º - III desta Cláusula;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 8º Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

§ 9º O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 30 (trinta) dias, a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

§ 10º As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado no parágrafo 4º do mesmo, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

- I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;
- II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;
- III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;
- IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;
- V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.
- VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;
- II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º, da Lei Municipal nº 764/2013 e demais dispositivos aplicáveis.

Parágrafo único. Havendo relevância e interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no plano de trabalho, os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pelo PARTÍCIPE na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E/OU REMANESCENTES

Cabe ao administrador público a titularidade dos bens e direitos permanentes e/ou remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

§ 1º Caso o PARTÍCIPE adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 2º A responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de LINDÓIA DO SUL, observando o disposto na Constituição Federal nos artigos 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público,



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Presidente do PARTÍCIPE assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no *caput* deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.


LINDÓIA DO SUL, SC, 04 de junho de 2021.


Neudi Angelo Bertol
Município


Givanildo Petroski
Partícipe

Testemunhas

Pedro Ari Parizotto
CPF:


Ligia Libera Venturin
CPF: 08505544978



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Presidente do PARTÍCIPE assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no *caput* deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.


LINDÓIA DO SUL, SC, 01 de junho de 2021.

Neudi Angelo Bertol
Município


Givanildo Petroski
Partícipe

Testemunhas

Pedro Ari Parizotto
CPF:


Ligia Libera Venturin
CPF: 07505544971



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



TERMO DE FOMENTO Nº 02/2021

Processo nº 02/2021

Termo de Fomento que celebram entre si estabelecem o MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE para o Atendimento à Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

No primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, o **MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL - SC**, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor **Neudi Angelo Bertol**, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOIA DO SUL - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 80.641.319/0001-35, com sede na Rua Olimpio Bissolotti, nº 369 – Centro, Município de Lindóia do Sul - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor **Givanildo Petroski**, inscrito no CPF sob 033.307.289-81 e no RG sob nº 3.614.842, residente e domiciliado na Rua Olimpio Bissolotti, município de Lindóia do Sul - SC, doravante denominado **PARTÍCIPE**, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei nº 13019, de 31 de julho de 2014 e alterações, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações, 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e alterações, e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO PACTUADO

A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais através da disponibilização do espaço físico para funcionamento da entidade, fornecimento de merenda, transporte dos alunos, luz, água, gás transferência de recursos financeiros para o **PARTÍCIPE**, na forma detalhada no Plano de Trabalho em anexo, parte integrante e indissociável desta parceria, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE;
- e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- f) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- g) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- h) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município;
- i) assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

II – O PARTÍCIPE obriga-se:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;
- b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;
- c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;
- e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;
- f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos em período hábil;
- g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;
- h) aplicar os recursos provenientes desta parceria enquanto não utilizados, em caderneta de poupança caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo menor que 1 (um) mês;
- i) computar, obrigatoriamente, a crédito do termo as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
- j) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



- data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;
- k) prestar os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;
 - l) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;
 - m) manter em arquivo, pelo prazo de **10 (dez) anos**, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
 - n) em caso de rescisão de contrato de trabalho de pessoa vinculada ao projeto/programa/plano de ação, arcar com o pagamento da multa prevista no art. 16, §1º da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações;
 - o) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho direta ou indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Lindóia do Sul para responder à ação;
 - p) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.
 - q) prestar atendimento à população do Município de Lindóia do Sul com os serviços de atendimento emergências públicas, entre outros.
 - r) auxiliar na preservação da vida, em casos fortuitos ou de força maior;
 - s) comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
 - t) manter cadastro da entidade e seus representantes legais atualizado junto ao MUNICÍPIO;
 - u) franquear aos agentes da administração pública, controle interno e tribunal de contas o livre acesso aos documentos e informações relacionadas ao termo de fomento, bem como aos locais de execução da parceria.

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

- a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;
- c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e
- d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE na forma do cronograma de desembolso financeiro, que integra o Plano de Trabalho aprovado para execução do objeto totalizando o valor de R\$ 12.318,00 (doze mil, trezentos e dezoito reais).

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Terceira equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária:
Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Proj/atív 2.017 –Educação Especial

37 – 3.3.50.00.00.000104 – Transf. a Instit. Priv. s/ Fins Lucrativos

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta da agência 46810-X, do Banco do Brasil em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e à medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das irregularidades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no plano de trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e Lei Municipal nº 764/2013;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE:

- I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;
- IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência do presente termo será de 01 de junho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência;

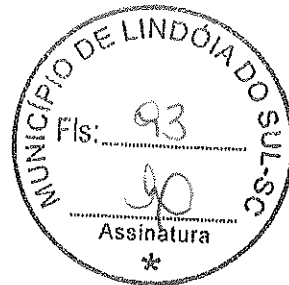
§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PARTÍCIPE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, considerando, para tanto, Relatório de Atendimento das Metas Pactuadas, Relatório de Execução do Objeto e documentos estabelecidos nos termos do Capítulo X, Seção I e II, Anexo V, da Lei Municipal 764/2013 e ainda, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 1º Somente serão aceitos como comprovante de despesa referente a impostos e contribuições, guias quitadas de pagamento, não sendo considerados documentos hábeis na prestação de contas as certidões negativas de débito.

§ 2º Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

§ 3º O gestor do termo de colaboração deverá considerar, ainda em sua análise:

- I – o relatório da comissão de monitoramento e avaliação acerca do cumprimento do objeto da parceria nos termos do art. 58, Lei 13.019/14 e da Cláusula Sétima do presente Termo;
- II – os valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- III – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PARTÍCIPE na prestação de contas.

§ 4º A prestação de contas, quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, deverá ser apresentada a administração no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da parceria, e para o caso de liberação mensal ou parcela, deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

§ 5º Os documentos de despesa (faturas, notas fiscais, etc), que integram a prestação de contas, apresentados ao Município, em via original, devem ser mantidos pela entidade parceira em arquivo próprio à disposição dos órgãos de fiscalização pelo período de 10 (dez) anos a contar da entrega da prestação de contas.

§ 6º A prestação de contas parcial deverá ser apresentada como condição para o recebimento da parcela seguinte, observando os mesmos procedimentos supra relacionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

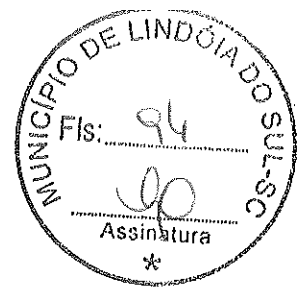
Sempre que considerar necessário oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, *in loco*, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

§ 1º A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará após verificar:

- I – a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II – a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



III – as adequações oriundas da análise de auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de direitos e/ou políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§ 3º Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

§ 5º O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficiar o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso 4º - I desta Cláusula; (ou utilizar os § 5º ao § 11º da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações);

§ 6º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da advertência, acarretará o previsto no inciso 4º - II desta Cláusula;

§ 7º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso 4º - III desta Cláusula;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



§ 8º Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

§ 9º O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 30 (trinta) dias, a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

§ 10º As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado no parágrafo 4º do mesmo, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

- I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;
- II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;
- III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;
- IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;
- V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.
- VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;
- II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigeu o Termo, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus arts. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º, da Lei Municipal nº 764/2013 e demais dispositivos aplicáveis.

Parágrafo único. Havendo relevância e interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no plano de trabalho, os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pelo PARTÍCIPE na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E/OU REMANESCENTES

Cabe ao administrador público a titularidade dos bens e direitos permanentes e/ou remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

§ 1º Caso o PARTÍCIPE adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 2º A responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de LINDÓIA DO SUL, observando o disposto na Constituição Federal nos artigos 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no plano de trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público,



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Presidente do PARTÍCIPE assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no *caput* deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.


LINDÓIA DO SUL, SC, 04 de junho de 2021.


Neudí Angelo Bertol
Município


Givanildo Petroski
Partícipe

Testemunhas

Pedro Ari Parizotto
CPF:


Ligia Libera Venturin
CPF: 08505544978



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL



bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Presidente do PARTÍCIPE assume neste ato responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no *caput* deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ipumirim para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.


LINDÓIA DO SUL, SC, 01 de junho de 2021.

Neudi Angelo Bertol
Município


Givanildo Petroski
Partícipe

Testemunhas

Pedro Ari Parizotto
CPF:


Ligia Libera Venturin
CPF: 08505504978